



Funded by
the European Union



Grupo de Trabalho Português para o Investimento Social

Resumo da Terceira Reunião Plenária, 6 de Fevereiro 2015

Contactos diretos para questões relacionadas com o projeto:

investimentosocial@gulbenkian.pt

antonio@ies.org.pt

ljeronimo@gulbenkian.pt

Fevereiro 2015



SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente ata visa resumir a terceira reunião plenária do Grupo de Trabalho Português para o Investimento Social (GT) convocada pela Fundação Calouste Gulbenkian, com o apoio do Laboratório de Investimento Social e da Social Finance UK. A reunião marcada para as 9 horas do dia 6 de Fevereiro, na Fundação Calouste Gulbenkian, teve como objetivo reunir todos os membros do GT para discutir a proposta de recomendações elaborada pela equipa técnica de apoio, com base na análise das áreas prioritárias para o mercado de investimento social em Portugal.

Este documento resume os seguintes pontos:

- Notas introdutórias da sessão, em que a estrutura de missão Portugal Inovação Social foi apresentada pelo seu Presidente, Prof. Filipe Santos;
- Apresentação do formato interativo da sessão;
- Sumário da discussão sobre as recomendações apresentadas;
- Apresentação do plano de trabalho do GT para os próximos meses.

A equipa de apoio do GT enviou previamente aos membros os materiais de preparação da reunião. Estes materiais incluíam a análise das nove áreas prioritárias definidas em cada subgrupo e uma proposta de recomendações resultantes da análise conduzida. Estas recomendações representavam um ponto de partida para a discussão do grupo, em plenário.

A reunião plenária assumiu um formato dinâmico de modo a promover a participação dos membros na discussão. Foi utilizado um sistema de votação em tempo real, para que todos os participantes tivessem oportunidade de expressar a sua visão sobre questões-chave para o desenvolvimento do mercado de investimento social em Portugal.

De acordo com os resultados da votação e com a subsequente discussão, pode concluir-se que, no geral, o grupo concordou com todas as recomendações sugeridas, à exceção de uma. O GT considerou que a mobilização de capital para o setor não será promovida através de incentivos fiscais, mas através da construção de uma base de confiança no setor, que se edificará através de projetos piloto que gerem base de evidência. Neste sentido, o conjunto de recomendações aprovado é o seguinte:

- 1. Promover a contratualização de serviços sociais públicos com base em evidência e resultados sociais;**
- 2. Construir um ecossistema de intermediários de investimento social que ajude a fazer a ponte entre organizações sociais, investidores e representantes do setor público;**
- 3. Criar programas de capacitação direcionados às organizações sociais com vista a melhorar o seu impacto social e a sua capacidade de atrair investimento social;**
- 4. Desenvolver mecanismos financeiros inovadores para a inovação social, adaptados à realidade portuguesa;**
- 5. Desenvolver um centro de conhecimento e recursos para o investimento social;**
- 6. Promover um sistema de acreditação para as organizações sociais.**

Apesar de aprovadas na sua generalidade, estas recomendações carecem de maior detalhe que será desenvolvido nas próximas semanas. Cada recomendação terá um plano de ação associado com as respetivas prioridades, de forma a refletir diferentes fases de desenvolvimento do mercado.

Os próximos pontos do plano de trabalho do GT passarão pela recolha de mais informação qualitativa, através de reuniões individuais com cada um dos membros e da organização de *focus groups* temáticos com atores relevantes para o setor, de modo a consolidar as recomendações finais e os respetivos planos de ação. A equipa de apoio preparará durante os próximos meses o relatório final, cuja primeira versão será discutida pelos membros na próxima reunião plenária (8 de Maio) e que deverá ser apresentado a 25 de Junho, num evento público.



TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO PORTUGUÊS PARA O INVESTIMENTO SOCIAL

PARTICIPANTES

Membros do Grupo de Trabalho Português para o Investimento Social:

Ana Paula Serra, Porto Business School
Ana Vidal, Portugal Economy Probe
António Brandão de Vasconcelos, EVERIS
António Curto, CASES
Daniel Traça, NOVA School of Business and Economics
Domingos Farinho, Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Universidade de Lisboa
Fernando Amaro, Montepio
Filipe Santos, Portugal Inovação Social
Gabriela Figueiredo Dias, CMVM
Graça Fonseca, Câmara Municipal de Lisboa
Joana Story, NOVA School of Business and Economics
João Amaral Tomaz, Banco de Portugal
João Pedro Tavares, Accenture
Jorge Portugal, Casa Civil da Presidência da República
Nuno Fernandes Thomaz, Fundo Bem Comum
Patrícia Faro Antunes, Accenture
Paula Correia, CASES
Paulo Amorim, Montepio
Rita Valadas, Santa Casa da Misericórdia Lisboa
Sandro Fonseca, Fundação EDP
Sílvia Almeida, Bolsa de Valores Sociais
Tiago Ravara Marques, BPI
Tommaso Ramus, Católica- Lisbon School of Business and Economics
Vasco Monteiro, Portugal Economy Probe

Fundação Calouste Gulbenkian:

Isabel Mota
Luís Lobo Xavier
Luís Jerónimo
Francisco Palmares

Social Finance UK:

Jane Newman
Daniel Miodovnik

Laboratório de Investimento Social:

António Miguel	Rita Casimiro
Pedro Sampaio	João Santos
Joana Cruz Ferreira	Duarte Carmo Garcia
Yuka Manabe	Sara Guerreiro de Sousa



1. NOTAS INTRODUTÓRIAS DA SESSÃO

A terceira reunião plenária do GT tinha como principal objetivo juntar todos os membros do GT para discutir e refletir acerca da proposta de recomendações elaborada pelo Laboratório de Investimento Social e pela Social Finance para a catalisação do mercado de Investimento Social em Portugal.

Em representação da Fundação Calouste Gulbenkian, a Dra. Isabel Mota abriu a sessão e deu as boas vindas ao Grupo, agradeceu a ativa participação de todos os membros durante os últimos meses de trabalho e desafiou os presentes a continuar a contribuir para a edificação do setor em Portugal.

O Professor Filipe Santos tomou posteriormente a palavra para apresentar a iniciativa a que preside desde Janeiro de 2015 – estrutura de missão Portugal Inovação Social. A Portugal Inovação Social é uma estrutura de missão recentemente criada pelo Governo; tem como objetivo promover o ecossistema de inovação e empreendedorismo social, através do investimento social. Será dotada de 150 milhões de euros provenientes de fundos europeus, no âmbito do quadro comunitário Portugal 2020.

2. APRESENTAÇÃO DO FORMATO INTERATIVO DA SESSÃO

A equipa de apoio preparou uma análise das áreas prioritárias anteriormente definidas pelo GT, que visava informar a discussão das recomendações que o GT apresentará publicamente em Junho de 2015, num evento público. As recomendações, que deverão estar articuladas com as iniciativas, projetos e esforços já existentes na sociedade civil portuguesa, visam a criação de condições favoráveis à catalisação de um mercado eficiente de investimento social, que financie a inovação social e promova a criação de valor.

A análise conduzida foi previamente enviada aos membros, juntamente com uma proposta de recomendações elaborada pela equipa de apoio. Foi pedido aos membros que preenchessem um formulário online para recolher o seu parecer sobre os materiais enviados.

De modo a promover a participação ativa de todos os membros na discussão das recomendações finais, a reunião plenária teve uma dinâmica diferente. A sessão foi conduzida com base num sistema de votação em tempo real, através do qual foi pedido aos participantes que expressassem a sua visão sobre questões-chave para o desenvolvimento do mercado. Foi distribuído um iPad a cada membro, onde estava instalada a aplicação a utilizar - Poll Everywhere.

Com a intenção de ilustrar cada recomendação e transpô-la a um nível micro, as perguntas e as respetivas opções foram formuladas sob o caso de estudo real. A escolha do caso de estudo “Academia de Código Júnior” prendeu-se com o facto de ser um projeto que as equipas do Laboratório, Fundação Calouste Gulbenkian e Social Finance conhecem em profundidade e por este ser o primeiro projeto de investimento social em Portugal.

No total, foram colocadas seis questões. Ao final de cada três questões foi feito um ponto de situação para analisar os resultados das votações, fazer um paralelo com as recomendações e discutir a sua relevância.

3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES DISCUTIDA PELO GRUPO

Esta secção visa resumir a discussão dos membros em torno da proposta de recomendações adiantada pela equipa de apoio, com base nos resultados da análise feita.

1. Promover a contratualização de serviços sociais públicos com base em evidência e resultados sociais;

O grupo reconhece a importância de existirem várias possibilidades de formas de contratualização ou financiamento de serviços sociais em Portugal, variando entre o financiamento direto e imediato de



intervenções sociais e a sua contratualização com base em resultados. Eventualmente, e porque a contratualização por resultados representa uma alteração significativa na forma de funcionamento e orientação do setor social português, é pertinente considerar o desenvolvimento de modelos híbridos que conjuguem os dois extremos. Os membros concordaram que a aplicabilidade de cada forma de contratualização deve ser cuidadosamente considerada para cada situação, pois dependerá dos interesses das envolvidas e dos objetivos do projeto em questão (e que deverão ser definidos e considerados desde o início).

O projeto piloto da Academia de Código Júnior, financiado através da contratualização com base em resultados, foi reconhecido como uma fonte de aprendizagem. Os membros acreditam que estes projetos devem servir para testar diferentes modelos de intervenção e que as aprendizagens geradas durante o processo deverão servir para definir de forma rigorosa as características e o formato dos programas a escalar.

Foi ainda discutido o papel da contratualização por resultados em Portugal, já que em diferentes países, consoante a maturidade do setor social, a sua utilização serve propósitos diferentes. No Reino Unido, por exemplo, a contratualização por resultados é utilizada para testar inovações sociais com algum grau de evidência sob o qual se constroem hipóteses de resultados a alcançar. Já nos Estados Unidos, recorre-se aos chamados contratos *pay for success* para escalar intervenções cujos resultados foram rigorosamente validados e para as quais já existe uma forte base de evidência. O grupo concordou que Portugal utilizará esta forma para criar a base de evidência do setor.

2. Construir um ecossistema de intermediários de investimento social que ajude a fazer a ponte entre organizações sociais, investidores e representantes do setor público;

Os resultados da votação sugerem que o grupo reconhece importância de promover o aparecimento de intermediários do mercado. No entanto, foi do entendimento geral que o papel dos intermediários do mercado irá variar de projeto para projeto, e consoante a fase de maturidade do mercado. O posicionamento dos intermediários deverá procurar dar resposta a falhas existentes no mercado. Numa fase inicial, estas peças serão cruciais para apoiar as várias partes envolvidas – investidores sociais, contratualizadores de serviços sociais públicos e organizações sociais, no desenvolvimento dos projetos

3. Criar programas de capacitação direcionados às organizações sociais com vista a melhorar o seu impacto social e a sua capacidade de atrair investimento social;

Os membros concordaram que perante a existência de recursos escassos, a prioridade dos programas de capacitação deve recair sobre as competências operacionais das organizações, como a compreensão do problema social, a capacidade de trabalhar com os beneficiários, a capacidade de desenvolver um modelo de intervenção validado ou de demonstrar e reportar resultados.

No entanto, foi entendido que as necessidades do setor vão muito além destas, pelo que é imperativo que os programas de capacitação do setor recaiam sobre o desenvolvimento de competências financeiras (p.e. compreender a sua estrutura de custos, definir estruturas de financiamento adequadas), competências de gestão de modelos de negócio (p.e. estratégia e planos de expansão, planos de recursos humanos a longo-prazo), gestão de desempenho (p.e. sistemas e processos de recolha e tratamento de informação) e metodologias de avaliação (p.e. criação de grupos de controlo).

4. Desenvolver mecanismos financeiros inovadores para a inovação social, adaptados à realidade portuguesa;



A discussão desta recomendação foi baseada nas respostas dos participantes acerca de outras formas de financiamento, para além dos Títulos de Impacto Social, que deverão ser experimentadas para testar a inovação social em Portugal. Pode concluir-se que o grupo entende que diferentes mecanismos deverão ser testados, como 1) a combinação de apoio financeiro (através de donativos) e não-financeiro (apoio de capacitação), a médio-longo prazo, com objetivos e resultados definidos, numa lógica de Filantropia de Impacto, 2) um híbrido de donativos e crédito/equity que ofereça condições ajustadas à necessidade de cada organização, e 3) o investimento direto nas organizações sociais, nomeadamente através da compra de uma parte do capital ou através de modelos *quasi-equity*, em que o financiador tem direito a uma parte das receitas futuras da organização em que investe.

O grupo acredita que cada projeto tem necessidades de financiamento singulares e distintas entre si, pelo que a variedade de alternativas deve ser promovida. O grupo considera que todos os mecanismos que venham a ser desenvolvidos deverão recorrer e promover uma orientação para os resultados.

5. Criar uma estrutura de incentivos fiscais e de envolvimento de investidores retalhistas de forma a atrair novas fontes de capital para o setor;

Esta recomendação, proposta pela equipa de apoio, não reflete a visão dos membros, pelo que não constará na lista de recomendações finais do GT para a construção de um mercado de investimento social.

O GT acredita que num estado embrionário do mercado a chave da mobilização de capital segundo uma lógica de investimento social não está na criação de incentivos fiscais ao investimento social, mas sim na construção de uma base de confiança na eficiência e eficácia dos projetos. O grupo entende que tanto os financiadores mais tradicionais do setor social como novos investidores se sentirão tanto mais atraídos para o mercado de investimento social quanto maior a capacidade do setor social de provar o valor que cria. Segundo o grupo, a construção de um mercado de investimento social requer a existência de um histórico de projetos-piloto capazes de demonstrar os seus resultados de uma forma rigorosa.

Neste seguimento, foi ainda notado que a existência de incentivos fiscais ao investimento social é ainda uma realidade muito recente e sem resultados comprovados. Só o Reino Unido implementou recentemente um leque de benefícios fiscais a certas práticas de investimento social.

6. Desenvolver um centro de conhecimento e recursos para o investimento social;

Os membros reconhecem a necessidade de criação de um centro de informação que inclua uma base de dados de custos unitários. Foi mencionada a importância de estabelecer as bases para que seja possível estimar o valor económico das intervenções sociais; este cálculo é imprescindível para informar qualquer decisão de investimento que tenha uma *double bottom line*.

7. Promover um sistema de acreditação para as organizações sociais.

Foi unânime o interesse dos membros em criar um sistema que facilite a identificação ou sinalização das organizações com boas práticas de desempenhos. Segundo os membros, o mercado necessita de um sistema que afaste naturalmente as organizações com resultados mais fracos, de modo a garantir que o capital mobilizado é alocado de forma eficiente no setor.

Pontos de discussão transversais:

- O grupo considerou pertinente esclarecer que as recomendações finais devem representar a mudança que o GT gostaria de ver acontecer em Portugal e para a qual os presentes alinharão esforços.



- O GT reconhece que não devem ser tecidas recomendações que não sejam “*action-oriented*” ou cuja implementação não esteja ao alcance do grupo.

4. PLANO E METODOLOGIA DE TRABALHO PARA OS PRÓXIMOS MESES

Os próximos meses de trabalho incidirão na construção de um conjunto de recomendações finais para a criação de condições favoráveis à catalisação de um mercado eficiente de investimento social em Portugal.

Durante os próximos meses o Laboratório de Investimento Social e a Social Finance UK trabalharão na construção das recomendações do GT e nos seus respetivos planos de ação.

Neste sentido, serão promovidos quatro *focus groups* cujos temas foram anteriormente definidos pelo GT, para recolher mais informação qualitativa e informar o relatório final bem como consolidar o conjunto de recomendações, através da integração do conhecimento de outras partes relevantes para o setor. Os *focus groups* serão dinamizados entre Março e Abril, em Lisboa e no Porto. O Laboratório tratará de informar os membros atempadamente acerca das datas e lugares das sessões, bem como pedir que validem a lista de participantes que serão convidados para cada sessão. Os membros do GT estão convidados a fazerem parte destas sessões.

O Laboratório de Investimento Social irá também entrar em contacto com os membros para agendar uma reunião com cada membro individualmente, com o objetivo de recolher *feedback* às recomendações definidas e procurar refletir a visão de todos os membros no relatório final. As reuniões deverão acontecer em Abril, mediante a disponibilidade e interesse de cada membro.

Posteriormente, a equipa de apoio desenvolverá um primeiro *draft* para o relatório final. Este *draft* será enviado aos membros antes da reunião plenária de dia 8 de Maio, onde o mesmo será discutido em plenário.

A 25 de Junho, num evento que se pretende que tome a forma de fórum internacional de Investimento Social, o relatório final será tornado público. O GT deverá juntar-se mais uma vez, nesta data, para apresentar o seu trabalho e anunciar aquilo que são as suas recomendações para construir um mercado eficiente em Portugal, bem como as respetivas linhas de ação.